



**MUNICÍPIO DE JAHU**  
**“Fundada em 15 de Agosto de 1.853”**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Inciso VI do Artigo nº 30, Lei 13.019 de 31/07/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015

**PROCESSO:** 12-PG/2018

**OBJETO:** Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, para Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional, para 50 idosos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inciso VI do Artigo nº 30, Lei 13.019 de 31/07/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL/PROPONENTE:** Vila São Vicente de Paulo de Jaú

**CNPJ:** 49.902.745/0001-35

**ENDEREÇO:** Av. Frederico Ozanan, nº 1975. – Centro – Jahu/SP – CEP 17.205.000.

**VALOR TOTAL DO REPASSE:** R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) - Exercício de 2018.

**TIPO DA PARCERIA:** Termo de Fomento.

**JUSTIFICATIVA:**

Pelo presente, esclarecemos que a dispensa do chamamento público, no ajuste a ser firmado com a Organização da Sociedade Civil **VILA SÃO VICENTE DE PAULO JAÚ**, justifica-se em razão da mesma estar devidamente cadastrada junto: **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de Jahu.**

Considerando que o Município de Jahu, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, executa o **“SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS”**, **INDIRETAMENTE** através da OSC’S em sua capacidade máxima de atendimento.

Assim poderá firmar parceria junto ao Município de Jahu, a OSC **VILA SÃO VICENTE DE PAULO JAÚ**.





**MUNICÍPIO DE JAHU**  
**“Fundada em 15 de Agosto de 1.853”**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Sendo de relevância imensurável os serviços ofertados, em razão natureza contínua e ininterrupta do mesmo. Por tratar-se de **moradia de idosos** que apresentam vínculos familiares rompidos ou fragilizados em decorrência de situação de violação de direitos.

Devido a peculiaridade do objeto e por se tratar de um serviço sócio-assistencial de alta complexidade, houve a necessidade de avaliar as condições técnicas e de infraestrutura da Organização da Sociedade Civil **VILA SÃO VICENTE DE PAULA JAÚ**. A prestação de serviços no acolhimento a idosos é de caráter ininterrupto, onde é construído um vínculo de afeto e confiança entre os acolhidos e a equipe técnica, cuidadores e demais profissionais. Foi constatado que a paralisação da prestação de serviços em questão acarretaria o rompimento dos vínculos gerados, podendo vir a comprometer a integridade emocional e física dos acolhidos.

A Lei de Fomento e de Colaboração institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública em todas as suas esferas e as Organizações da Sociedade Civil. Embora tenha caráter geral, sua aplicação deve observar também as normas específicas das políticas públicas setoriais, a exemplo da Política da Assistência Social, conforme prevê o art.2º-A:

*“Art. 2º-A. As parcerias disciplinadas nesta Lei respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.”*

O modelo proposto pela Lei nº 13.019/2014 regulamenta a parceria público-privado e não contraria o ordenamento vigente no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pautados em objetivos coletivos e reconhece a finalidade das organizações como parceiras complementares da atuação estatal.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS deliberou requisitos por meio da **Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016**, que deverão ser observados pelas entidades ou organizações da Assistência Social, nos termos do Artigo 2º:





**MUNICÍPIO DE JAHU**  
**“Fundada em 15 de Agosto de 1.853”**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

*“Art. 2º Para a celebração de parcerias entre o órgão gestor da assistência social e a entidade ou organização de assistência social, esta deverá cumprir, **cumulativamente**, os seguintes requisitos:*

*I – ser constituída em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;*

*II – estar inscrita no respectivo **conselho municipal de assistência social** ou no conselho de assistência social do Distrito Federal, na forma do art. 9º da Lei nº .8742, de 1993;*

*III – estar cadastrada no **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS**, de que trata o inciso XI do art.19 da Lei nº 8.742, de 1993, na forma estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA.” (grifo nosso)*

Portanto com o enunciado na Resolução nº 21, do Conselho Nacional de Assistência Social, que fora deliberada em 2016, as entidades que pretenderão firmar parcerias com o poder público deveriam ter providenciado os requisitos do art. 2º, logo só estarão devidamente habilitada para firmar parcerias com a Prefeitura Municipal de Jahu, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, as entidades já inscritas no **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social** e no **Conselho Municipal de Assistência Social**.

Além dos cadastros no **CNEAS (Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social)** e no **CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social)**, as organizações são cadastradas na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de Jahu, uma vez que são inclusas no PMAS WEB 2018/2021 disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Considerando o cadastramento no Órgão Gestor da respectiva política, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de Jahu, e nos demais órgãos competentes, configura-se a utilização da Dispensa do Chamamento Público, nos termos do artigo 30, inciso VI, da Lei 13.049/2014:





**MUNICÍPIO DE JAHU**  
**“Fundada em 15 de Agosto de 1.853”**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

*“Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:*

*(...)*

*VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a **serviços** de educação, saúde e **assistência social**, desde que executadas por organizações da sociedade civil **previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.**” (grifo nosso)*

Ratifico a dispensa supracitada, conforme fundamentos e pareceres apresentados no processo em questão.

O prazo para interposição de eventuais impugnações é de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação, devendo ser através de requerimento a ser protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaú, no horário de expediente.

Publique-se na forma do art 32, §1º da Lei nº 13.019/14.

Maria Izilda Mattar

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

